

PRAGMATISMO E PERCEPÇÃO SENSORIAL: É A TEORIA DE PEIRCE, DEWEY E MEAD IDÊNTICA À DE ARISTÓTELES?

RENATO SCHAEFFER

Resumo: Percepção sensorial: até hoje um grande mistério filosófico. O presente trabalho divide-se em duas partes. A primeira sintetiza a crítica ao modelo representacionista intracerebral predominante, e enuncia um argumento que prepara o terreno para a segunda parte do trabalho. Nesta, a teoria pragmatista da percepção é equiparada à de Aristóteles, em *De Anima*. Eis, grosso modo, o argumento: (1) percepção resulta de fatores causais da natureza inerentes à transação organismo-ambiente; (2) tais fatores não podem ser encontrados entre os elementos ontológicos revelados na própria percepção; logo, (3) a estrutura ontológica revelada na percepção não reflete a total complexidade da transação real organismo-ambiente. Esta conclusão é crucial para entender a teoria pragmatista-aristotélica da percepção: passagem da fase sujeito-no-mundo para a fase mundo-no-sujeito, via “recepção imaterial de formas” – estabelecimento de campo antecetivo consciente de potencialidades de ação subentendidas em tais formas. Pragmatismo como naturalismo esclarecido: a percepção é a versão histórico-natural mais evoluída do mesmo mecanismo chave-e-fechadura próprio da detecção de formas inerente a interações ontológicas elementares - biológicas e mesmo físico-químicas. Mas em vez de detecção-na-ação nomológica/biológico automática: detecção consciente, em aberto, de possibilidades de ação livre inscritas no ambiente do percipiente.

Abstract: Even today, sensorial perception is a great philosophic mystery. This work is divided in two parts: The first synthesizes and criticizes the

Renato Schaeffer é Professor Doutor da Faculdade de Educação da UFRJ / FAPERJ.

prevailing cerebral representationism model and enunciates an argument that prepares the field to the second one. In this second part the pragmatism perception theory is compared to Aristotle's *De Anima*. Here is, in a general way, the argument: (1) perception is the result of nature's cause factors intrinsic to organism-environment transaction. (2) these factors cannot be encountered among revealed ontological elements of this same perception; therefore (3) the ontological structure revealed by perception doesn't reflect the totality of the organism-environment's transaction complexity. This conclusion is vital to understand the Aristotelian-pragmatic perception theory: the subject-on-world's transposition to world-on-subject phase, via "immaterial reception of forms"- establishment of the anteceptive field conscious of the action potentialities in such way. Pragmatism naturalism cleared up: the perception is a natural-historic evolved version of this same key-and-locker mechanism proper to form detection intrinsic of elementary ontological, biologic and even physical-chemical interactions. But instead of detection in the automatic nomological / biological action: conscious detection, opened, of free actions possibilities inserted in the percipient environment.

O legítimo pragmatismo – que *não* tem *nada* a ver com a versão vulgar hoje amplamente difundida (a exemplo da interpretação de Rorty e seus seguidores) – é grosso modo a filosofia que professa um realismo incondicional com respeito a certos conceitos – que designariam fatores ontológicos absolutamente reais da natureza – como os de continuidade, ação/processo/movimento, evolução orgânica, interação ou transação interpenetrativa radical, generalidade, potencialidade. Nesse sentido, é um pensamento afim ao de autores deste século tão diversos como Bergson, Collingwood, Whitehead, Ruyer, Castoriadis (e mesmo o brasileiro “dialético” Álvaro Vieira Pinto, em *Ciência e Existência*). O estudo da percepção sensorial, porém, até onde sei, atingiu sua versão mais acabada no pragmatismo propriamente dito... e em Aristóteles! Vale mencionar, ainda, que a percepção sensorial é possivelmente a melhor entrada para o pragmatismo: revela de modo concreto, como nenhum outro tópico, o sentido central dessa doutrina (isso fica claro na exposição de Sandra Rosenthal, em *Speculative Pragmatism*).

O pensador que ainda não se deu conta do *mysterium profundum* que é a percepção sensorial precisa ser urgentemente despertado de seu “sono dogmático” (Kant). Para simplicidade da discussão, concentremo-

nos no caso específico da percepção visual. O modelo amplamente predominante – do senso comum ao espírito científico e filosófico – explica a visão através do estabelecimento de algum tipo de “representação intracerebral”, segundo a cadeia causal: 1) TRANSMISSÃO DE FÓTONS A PARTIR DO OBJETO 2) TRANSDUÇÃO FOTOQUÍMICA NA RETINA 3) IMPULSO ELÉTRICO AO LONGO DO NERVO ÓTICO 4) TÁLAMO 5) NEOCÓRTEX 6) PERCEPTO VISUAL NA CONSCIÊNCIA.

A análise da percepção segundo processo parece marcada de total transparência científica, o elemento problemático estando concentrado apenas na relação cérebro-mente: como um padrão ou “mapa isomorfo ao objeto físico” no tecido neurocerebral poderia produzir um percepto visual, fenomenal, consciente? A resposta mais otimista diz que o problema aqui, em princípio, receberá o devido tratamento teórico, mais cedo ou mais tarde. Mas o pressuposto de que a percepção se inicia a partir da transmissão de fótons do objeto físico para o olho, aceito por dualistas e reducionistas, não toca o cerne do problema da percepção propriamente dito, como veremos agora.

Eis, enunciado de modo intuitivo, o *mysterium tremendum* da percepção: *como é possível que o campo visual seja dado como um ambiente envolvendo o sujeito, se sua causa imediata é um estado intracerebral, e não o próprio ambiente?* Todo o processo neurológico que condiciona a percepção é aferente ou centrípeto, não há impulsos eferentes ou centrípetos essencialmente envolvidos (há impulsos motores, mas isso é irrelevante aqui). O mesmo vale para a mais simples dor corporal: por que a sensação dolorosa aparece nesta ou naquela região do corpo, onde o tecido somático foi afetado, e não dentro do cérebro, na correspondente “área de projeção”?

A principal razão para a adoção do modelo representacionista intracerebral da percepção, em qualquer de suas versões (incluindo as recentes cognitivista e conexionista), é a aparente inexistência de qualquer outra alternativa explicativa aceitável. Pois o que poderia deflagrar a percepção visual se não uma chuva de fótons emitidos pelo objeto e atingindo o olho do sujeito percipiente? Pois hoje ninguém poderia mais supor que as próprias cores dos objetos penetram de algum modo no sistema nervoso central. Psicólogos da percepção costumavam distinguir espaço físico e espaço fenomenal: o campo visual se daria, assim, no espaço fenomenal, e não no espaço físico. O percepto não estaria, portanto, localizado fora do meu cérebro físico, e sim meramente fora do meu cérebro-imagem, isto é, fora do que representa, no espaço fenomenal, o meu verdadeiro cérebro físico. Mas tal teoria é claramente absurda: pois tudo que

conhecemos do mundo, mesmo os fótons da física, estaria, nesse caso, irremediavelmente confinado ao mero espaço fenomenal, nada saberíamos de um outro espaço físico, real, “em si”, o mundo exterior tornando-se, deste modo, uma ficção ou um hipótese científica.

Para evadir a dificuldade de uma radical dicotomia aparência-realidade de sabor kantiano, a concepção predominante parece agora ser mais ou menos a seguinte solução fantástica. O espaço fenomenal, fabricado pelo cérebro biofísico, coincide, ponto a ponto, com o espaço físico, recobrando, por assim dizer, suas qualidades primárias – matematicamente descritíveis pela física teórica, com um manto vibrante de qualidades secundárias – cores, timbres, odores, sabores.

O grande mérito dos pragmatistas foi abrir mão do grande erro fundamental – o *próton pseudos* – subjacente à própria maneira tradicional de colocar o problema da percepção. O quadro conceitual sugerido pela simples observação crítica, despreconcebida da experiência é bem diverso da tese de que tudo que ocorre se resume ao envio de fótons do objeto físico para o sujeito percipiente. Tudo o que estamos autorizados a afirmar, sem saber que explicação, se alguma, será depois encontrada, é o seguinte: o objeto aparece lá fora no mundo externo, não dentro da minha cabeça, e coberto com suas propriedades secundárias (cores etc.); e *parte do que acontece no processo perceptual é a cadeia causal acima descrita* – 1) TRANSMISSÃO DE FÓTONS A PARTIR DO OBJETO 2) TRANSDUÇÃO FOTOQUÍMICA NA RETINA 3) IMPULSO ELÉTRICO AO LONGO DO NERVO ÓTICO 4) TÁLAMO 5) NEOCÓRTEX 6) PERCEPTO VISUAL NA CONSCIÊNCIA. Obviamente essa cadeia causal não recobre toda a ontologia do processo perceptual, já que as cores do campo visual não estão aí incluídas em momento algum.

Quem afirmasse que na percepção sensorial a consciência do sujeito se estende para fora de sua cabeça a todo o campo visual – até a mais remota estrela visível na noite escura, por exemplo – estaria decerto muito mais próximo dos fatos do que o representacionismo intracerebralista. Tal contato centrífugo direto da consciência perceptual com o objeto exterior, sem a mediação centrípeta do sistema nervoso central, é porém repugnante para o atual *Zeitgeist*, para a mentalidade-imaginação incapaz de pensar com autonomia e os pés firmes na experiência.

II

Para dar conta da ontologia perceptual, ofereço, então, o seguinte argumento, que servirá também como reconstrução lógica do caminho seguido pelos pragmatistas para resolver o *mysterium tremendum* da

percepção (visual, em particular). Podemos chamá-lo de Argumento da Ontologia da Percepção:

1. A percepção visual é um fenômeno natural, produzido pela interação ou transação orgânica ou vital do sujeito e do objeto.

2. A estrutura ontológica do mundo real sugerida pelo campo visual não parece capaz de conter os reais poderes causais envolvidos na transação vital sujeito-objeto, requeridos para produzir a percepção visual.

3. *Logo, a estrutura ontológica do mundo real sugerida pelo campo visual não reflete a estrutura ontológica do mundo real; em particular, a estrutura ontológica real da transação vital sujeito-objeto não é revelada pela estrutura do campo visual enquanto tal.*

Atenção para o que é dito na conclusão: não se trata obviamente da dicotomia aparência-realidade. O campo visual é real, não uma representação fenomenal, intracerebral: acontece que, ontologicamente, ele é *menos* e não *mais* (como professa o representacionismo intracerebralista com suas qualidades secundárias), do que a realidade. Não se trata de recusar a evidência da experiência, mas de reconhecer que os poderes causais *naturais* capazes de produzi-la não estão dados no próprio campo visual enquanto tal. As cores do percepto são cores do objeto real – mas o campo visual não possui complexidade ontológica suficiente para revelar *exatamente como* tais cores resultam da transação ecológica sujeito-objeto. Mas nem por isso estamos autorizados a pretender que é o cérebro que produz o colorido das coisas que vemos. E nem, é claro, as cores fluem através dos dutos neurais eferentes – as cores estão lá mesmo, nos objetos. Como afirma Dewey, em *Experiência e Natureza*, “a experiência tanto é *acerca da* natureza, quanto está *na* natureza”.

A famosa fórmula do conteúdo intencional perceptual, proposta por Searle, que envolve a noção de auto-referencialidade causal, pode ser melhor entendida à luz do Argumento da Ontologia da Percepção. Searle oferece o seguinte modelo para descrever a estrutura da intencionalidade da experiência perceptual (visual, por exemplo):

EXP VIS (A, e A causa esta EXP VIS (...))

Ora, o que o argumento mostra é que o objeto, enquanto confundido com o percepto, não possui poderes causais capazes de produzir, no percipiente, o fenômeno perceptual. Mas, se distinguirmos entre o percepto A e o correspondente objeto Ao (que está “por trás” do percepto), parece que a fórmula de Searle poderia ser proveitosamente reescrita como segue: EXP VIS (A, e Ao causa esta EXP VIS (...))

III

A percepção, na teoria pragmatista, é uma fase ou estágio no interior do ato ecológico completo do sujeito, tendo por função justamente produzir a separação marcante entre sujeito e objeto, característica da intencionalidade cognitiva. A percepção surge como interrupção, colapso, ruptura de uma resposta vital imediata ao ambiente. Quando a ação é completada como resposta ou reação automática, instintiva, habitual, a consciência perceptual cai *ipso facto* a um nível mínimo.

Em *A filosofia do Ato*, Mead menciona duas características da percepção sensorial:

que a percepção de coisas físicas pressupõe um ato que já está se desenrolando antes da percepção e é um processo dentro do qual se situa a percepção; que a percepção implica uma inibição desse processo de movimento para perto ou longe de um estímulo distante, uma inibição que surge da presença, no organismo, de alternativas de completar o ato.

Disponer de alternativas para agir é prerrogativa de um ser pensante, dotado de relativa autonomia ecológica. A percepção é portanto aquela fase da ação que equivale à preparação para o pensar. Assim se entende o que diz Mead em “A respeito da percepção animal”:

Cada coisa percebida é enquanto percebida um meio reconhecido para possíveis fins [...] não pode haver uma linha rígida e segura traçada entre tal consciência perceptual e os processos mais abstratos do assim chamado raciocínio.

É no mesmo espírito que Rosenthal, em *Pragmatismo Especulativo*, fala da “estrutura antecipatória da experiência humana enquanto experimental”. Cada percepto é antecipadamente identificado como um feixe indefinido de significados – como meio para possíveis fins, dentro da vida essencialmente experimental – de direito, se não de fato do sujeito. Na medida em que uma ação tende a se esgotar em si mesma, situando-se no presente, com um mínimo de referência, via imaginação, ao passado e ao futuro, nesta mesma medida a percepção tende a estar ausente, porque funcionalmente inútil.

Para o pragmatismo, tanto o sujeito quanto o objeto contêm em si mesmos possibilidades não precipitadas na existência do aqui-agora. Rosenthal fala da “pessoa como um denso sistema de possibilidades agindo

criativamente sobre o mundo”, e de sua “criatividade noética” (*op. cit.*). Isso quer dizer que as possibilidades inscritas (noeticamente, como “formas” ou “figuras” de um conhecimento incipiente) no percepto, enquanto feixe de meios para fins futuros, refletem tanto suas virtualidades e potencialidades intrínsecas quanto aquelas do próprio percipiente, uma interpenetração ontológica profunda sujeito-objeto. Essa interpenetração é “em aberto”, aponta para o futuro, para a gama de relações ecológicas permitidas para cada particular par sujeito-objeto. Nesse sentido, o campo visual não pertence inteiramente ao presente do percipiente, ao seu aqui-agora. O “lá” dos perceptos que integram o campo visual é por assim dizer tanto espacial quanto temporal, com relação ao “aqui” do sujeito. A visão é a modalidade sensorial com maior índice de futuridade mais afim à criatividade noética.

Agora, já podemos ver que o modelo pragmatista da percepção parece bem próximo do aristotélico. A teoria da percepção sensorial de Aristóteles, detalhes à parte, assenta sobre duas grandes teses principais: (1) que a percepção consiste essencialmente da apreensão imaterial de formas sensíveis pelo percipiente; e que (2) a percepção consiste na atualização conjunta de potencialidades sensíveis do objeto e sensitivas do sujeito. A filosofia moderna descartou (trocadilho: Descartes...) sumariamente tal doutrina da “recepção imaterial de formas”, como exemplo de metafísica fantástica.

É verdade que, à primeira vista, Aristóteles parece estar meramente formulando o problema a título de solução: pois parece que o problema da percepção sensorial não é outro que o de explicar um fenômeno cuja descrição inicial, pré-reflexiva, seria justamente esta, “recepção imaterial de formas”, pois obviamente o percepto enquanto tal não é o próprio objeto (este não penetra “em carne e osso” na consciência do sujeito). Nisso, pelo menos, Aristóteles leva vantagem sobre o representacionismo intracerebralista: sua teoria seria tautológica, não explicaria nada, *mas se mantém fiel ao fenômeno a ser explicado*, isto é, os modernos simplesmente mandaram às favas o problema real, conforme revelado na experiência, e erigiram um sistema fechado, auto-suficiente, com ares científicos, mas totalmente absurdo, a teoria da fabricação solipsista de uma duplicata, cópia, imagem ou representação do mundo dentro do cérebro-mente.

Para ver que o modelo de Aristóteles é equivalente ao pragmatista, é preciso se esquivar resolutamente do monumental *próton pseudos* (erro fundamental) representacionista, a saber, que o sujeito percipiente é funcionalmente um espectador. Pois é claro que, se o homúnculo intracerebral

aguarda sinais neuro-eferentes para ter acesso a seu campo visual, as formas aristotélicas seriam um mito na medida em que a observação científica de fato nada encontra ao longo do processo senão fótons, impulsos elétricos e neurotransmissores sinápticos. Mas não é dentro desse quadro conceitual, já viciado, que a teoria de Aristóteles poderia ser entendida, e sim num quadro como o sugerido acima pelo Argumento da Ontologia da Percepção: numa palavra, o quadro pragmatista em que, repetindo, a percepção constitui uma fase funcional intrínseca ao ato orgânico do sujeito em seu ambiente.

Assim, por transmissão e recepção imaterial de formas sensíveis devemos compreender um tipo de efetiva interpenetração ontológica sujeito-objeto, pela qual o sujeito participa de modo *sui generis* da natureza do objeto. Participa reconhecendo-o como feixe de potencialidades de realização de possíveis demandas dele próprio, o sujeito. A percepção só revela ao sujeito aqueles traços ecológicos do objeto capazes de atenderem suas demandas naturais, por isso o campo sensorial (visual, em particular) é *Umwelt* (mundo-ambiente, entorno) do sujeito: reflete algo da natureza do mundo e algo da natureza do sujeito, ou: só reflete aquilo da natureza do mundo que diz respeito, ou interessa, ecologicamente, à natureza do sujeito. O sujeito percipiente só é capaz de encontrar no objeto, agora percepto, o que não lhe é estranho enquanto agente vivo, o percipiente de certo modo encontra a si próprio no percepto (há de fato um certo "idealismo ecológico" aqui).

Entende-se também, assim, a afirmação de Aristóteles de que na percepção a atualização da forma sensível deflagra a atualização sensitiva do percipiente. O céu é azul *em si mesmo*, mas ao mesmo tempo *para e na* mente humana: isso não significa que há uma imagem ou representação intracerebral de algo lá fora que não possui a qualidade secundária azul. Significa que na transação vital sujeito-céu algo que realmente pertence ao céu é *funcionalmente* atualizado como azul no interior de uma *ação em aberto* do sujeito. Revela, ao sujeito-agente, que o céu possui determinada potencialidade, pode servir de meio para determinados fins do sujeito. É um agente, não um espectador – homúnculo intracerebral – quem entra em contato ontológico com o céu azul. Neste contato, não só certa qualidade do céu é atualizada pelo e no sujeito, como também o próprio sujeito é funcionalmente "acionado", ou atualizado, pelo azul do céu, por aquilo do céu que é o sensível azul em potência, diria Aristóteles. Por isso, quando o céu se torna azul no campo visual do sujeito, para Aristóteles de certo modo também o sujeito se torna azul, imaterialmente azul, isto é: o sujeito

adquire uma capacidade específica de agir, definida justamente pelo fato de, enquanto ser pensante, ser capaz de empregar o azul do céu como meio para algum fim.

É interessante meditar brevemente sobre a natureza das cores. Para o representacionismo intracerebralista, na medida em que o percipiente é considerado como um espectador diante de seu campo visual, as cores parecem ser tomadas de modo não-problemático como qualidades triviais dos objetos físicos. Mas um momento de reflexão basta aqui para suscitar um grande ponto de interrogação. Pois os objetos físicos, conforme dados perceptualmente, são tidos como essencialmente espaciais, coisas tridimensionais.¹ Agora a questão crucial é: pode a pura espacialidade geométrica abrigar qualidades como cores? A pergunta pode ser generalizada para as qualidades secundárias dos demais sentidos? Por exemplo, podem pontos geométricos “conter” sons, odores, sabores? Quero sugerir que não, que no domínio dos pontos ou números reais não há “lugar” para as cores. Faz tão pouco sentido pensar num ponto colorido, quanto numa reta colorida, numa superfície colorida ou num volume colorido. Que sucede, então, com o campo visual, cujos objetos-perceptos aparecem com suas superfícies externas coloridas?

A resposta mais óbvia e direta parece ser: o campo visual não constitui uma espacialidade matemática, mas algo híbrido – onde convivem qualidades como cores e relações geométricas (não importa aqui se euclidianas ou não). Mas a verdadeira significação de tal resposta constitui justamente, a meu ver, uma redução ao absurdo da teoria perceptual do espectador.

Quero sugerir, em resumo, que o elemento qualitativo – as cores – representa a participação do percipiente como agente potencial diante das coisas conforme reveladas pela inserção sensorial do organismo biopsíquico no ambiente. Se a percepção, como quer a teoria pragmatista-aristotélica, mede precisamente a interrupção, tornada *ipso facto* consciente, de uma resposta imediata ou reativa do organismo ao ambiente, as cores seriam como que uma “seção transversal” das coisas do ponto de vista do percipiente, isto é, embora cobrindo a superfície externa do

1. Antes de mais nada, não é verdade, como a velha psicologia da percepção mantinha, que o campo visual do neonato é plano, bidimensional, sem profundidade, sendo a terceira dimensão fabricada pelo cérebro com o desenvolvimento da capacidade de movimento, ação e manipulação – a terceira dimensão, intrínseca ao campo visual, é apenas *coordenada* com o desenvolvimento motor em geral.

objeto, a cor é como que sua seção transversal, signo de sua natureza, mas apenas daquele aspecto da natureza do objeto ecologicamente sintonizável pelo percipiente. Por isso cada espécie animal – *no grau de sua mais ou menos incipiente capacidade perceptual* – presumivelmente encontra um diferente panorama qualitativo no ambiente.

As cores trazem em si sempre um elemento *afetivo*, que a vida do pensamento conceitual praticamente ignora, e todo afeto nada mais é que um índice de *valor* negativo ou positivo – índice de atração ou repulsão potencial do objeto percebido enquanto meio para algum fim possível para o sujeito. A temporalidade da transação ecológica sujeito-objeto estaria como que condensada, na fase perceptual desta transação, precisamente nas cores. O campo visual é um campo espacial-qualitativo ou espaço-temporal, enquanto campo-de-ação (melhor: campo de preparação para a ação).

IV

No importante artigo “Sentir e pensar. Preferências não precisam de inferências”, Zajonc escreve o seguinte:

Há provavelmente bem poucas percepções e cognições na vida diária que não têm um componente afetivo significante [...] E talvez todas as percepções contenham algum afeto. Nós não apenas vemos “uma casa”: vemos uma “casa simpática”, uma “casa feia” ou uma “casa pretenciosa”. Não apenas lemos um artigo [...] Lemos um “artigo excitante”, um “artigo importante” ou um “artigo trivial”. E o mesmo vale para um pôr-do-sol, um relâmpago, uma flor, uma covinha de rosto, um pedaço de unha, uma barata [...] o som de um tom de 1000 Hz e a aparência da letra Q. [...] De fato, é inteiramente possível que o primeiro estágio da reação do organismo a estímulos [...] seja afetivo. É ademais possível que possamos gostar de ou temer algo antes de sabermos precisamente o que é e talvez mesmo *sem* sabermos o que é. [...] O que eu quero argumentar é que a forma de experiência que chamamos sentir acompanha *todas* as cognições, que ela surge cedo no processo de registro e recordação, embora de modo fraco e vago, e que ela deriva de um sistema paralelo, separado e parcialmente independente no organismo. (153-154,155)

A teoria pragmatista da percepção sensorial oferece uma compreensão mais acabada do *insight* de Zajonc, e, mais, corrige sua última afirmação, a de que o sentir meramente “acompanha” a cognição, e que “deriva de um sistema paralelo, separado e parcialmente independente no organismo”.

O agir, o sentir e o pensar estão *funcionalmente* integrados na transação sujeito-objeto, e não meramente justapostos, de modo artificial. Dewey, em *Experiência e Natureza*, coloca a questão do modo que me parece mais aceitável, ao dizer que “o problema genuíno é como e por que, para que, as coisas experienciadas são transformadas em objetos nos quais os traços conhecidos são dominantes, enquanto que os afetivos e volitivos são acidentais e subsidiários”. A teoria pragmatista da percepção não apenas reconhece, mas explica o fato de que, como diz Dewey, “aquilo que se encontra “na” experiência se estende muito além daquilo que a qualquer tempo é conhecido”. O Argumento da Ontologia da Percepção, acima, ajuda a compreender este ponto: a estrutura do mundo percebido-conhecido é incapaz de reproduzir toda a complexidade ontológica do mundo real, no qual se dá a transação orgânica da qual brotará a fase perceptual. O ponto crucial dessa teoria é que o fator perceptual, proto-cognitivo *emerge naturalmente* do pano-de-fundo orgânico cuja tessitura básica é o agir-sentir:

...Pois as coisas são objetos para ser manuseados, utilizados, trabalhados, gozados e sofridos, mais do que coisas para ser conhecidas. Elas são coisas *tidas* antes de serem coisas conhecidas. O isolamento dos caracteres distintivos dos objetos conhecidos, que passam a ser definidos como as únicas realidades últimas, é responsável por que se negue que os caracteres que tornam as coisas amáveis e desprezíveis, belas e feias, adoráveis e terríveis pertençam à natureza. [...] O reconhecimento da realidade primária e genuína de tais traços não significa que as coisas não recebam a participação do pensamento e do conhecimento quando são amadas, desejadas e procuradas; significa que estes são subordinados [...] Que o organismo fisiológico e suas estruturas, seja no caso do homem, seja no dos animais inferiores, se empenham em adaptações e na utilização de material com o objetivo de manter o processo da vida, é algo que não pode ser negado. O cérebro e o sistema nervoso são fundamentalmente órgãos de ação e de sofrer ações; biologicamente, pode ser afirmado que a experiência primária é de tipo semelhante. Portanto, a menos que haja quebra de continuidade histórica e natural, a experiência cognitiva tem de ter sua origem a partir da experiência de tipo não-cognitivo. E, a menos que suponhamos o conhecimento como um fator da ação e do sofrer ações, estaremos inevitavelmente forçados à intrusão de um princípio e de uma instrumentalidade extranatural, quando não sobrenatural. (*Experiência e Natureza*, 20, 21, 23).

A plena experiência perceptual, com sua marcada separação sujeito-objeto – ou: percipiente-percepto – é por assim dizer a porta de entrada,

em meio ao fluxo da transação ecológica, para a intencionalidade cognitiva mais acabada, é a fase da ação no ambiente que marca funcionalmente a passagem para o domínio do pensar. A percepção é a fase da ação que converte o agente – agora percipiente – num centro de indeterminação.

A confirmação dessa teoria não cessa de se mostrar na experiência cotidiana. Sempre que minha ação transcorre sem obstrução, e o sistema motor se conduz de modo automático, por hábito, não há praticamente consciência perceptual presente, não há proto-cognição, não há indeterminação no agir. Se encontro mecanicamente a chave no bolso, localizo facilmente a fechadura e abro a porta sem qualquer imprevisto, enquanto penso em algo ou converso com alguém – cadê a percepção sensorial? Observem que faz sentido repetir a primeira parte deste último período assim: se *minha mão* encontra mecanicamente a chave no bolso, localiza facilmente a fechadura e abre a porta sem qualquer imprevisto... A percepção só entra em cena, como fase da ação, quando requisitada pelo eu pensante o centro de indeterminação ecológica, que também só entra em cena quando a ação movida pelo *habitus* empaca, por alguma razão. Só há percepção tátil de uma moeda no bolso (e do tecido do bolso) quando demoro a encontrá-la, ou se tenho um dedo machucado ou com um *band-aid* atado. Se toda ação humana ao longo do dia fosse acompanhada de consciência perceptual, de indeterminação nas respostas ao ambiente, seria virtualmente impossível agir com um mínimo de rendimento prático ou técnico. Quando alguém que acabou de fechar a porta é incapaz de se lembrar se apagou a luz antes de sair ou se trancou a porta girando mais uma vez a chave, isso é sinal seguro de que a ação transcorreu no “piloto automático”, não no “piloto percipiente”, e assim não houve experiência consciente capaz de formar memória.

V

A teoria da percepção sensorial dos pragmatistas e de Aristóteles pode ser apreciada em sua verdadeira significação se compreendida como um “naturalismo esclarecido”. Em tal panorama, a percepção é um caso particular do fenômeno inteiramente universal da interação de entes via detecção de formas, reconhecimento via sintonia de tipo chave-e-fechadura. *Não há interação ou transação ontológica – físico-química, biológica, psicológica – que possa ser concebida no modelo do mero choque – ação-reação no aqui-agora –, sem detecção de informação.* A percepção

sensorial é uma espécie do gênero transação ontológica – ou, de modo menos amplo, do gênero transação biológica ou ecológica – em que a diferença específica é dada pelo fato de que a detecção ou reconhecimento de formas não se traduz em resposta automática nomológica ou biológica mas em colapso, suspensão ou interrupção pensante (via imaginação recordante-antecipativa) da ação. Por isso Aristóteles fala em recepção *imaterial* de formas: há relativa autonomia do percipiente, não pronta e imediata reação *material*.

Alguns autores têm insistido, mais recentemente, nesse mesmo tipo de naturalismo esclarecido. Vale a pena citar dois deles – começo com o cientista-filósofo Giorgio Prodi, em “As bases materiais da significação”:

Há diferentes estruturas que lêem diferentes ambientes de diferentes dimensões. Nichos de interação ecológica variam dos extremamente exíguos de bactérias que podem ler água, nitratos, e pouco mais, aos do homem, que pode ler entornos humanos e estender sua própria área natural de leitura à vontade. [...] ordem é uma dependência intrínseca (relação filial ou conexão constitutiva) da área ecológica que nos gerou. Nós formamos um único todo com o entorno. Podemos interpretá-lo porque somos, nós e ele, conaturais. [...] A interpretação (ou conhecimento) do entorno é sempre subjetiva, já que consiste da identificação de signos por meio dos módulos da estrutura interpretadora. O que é identificado é o que a espécie é capaz de identificar com a ajuda dos parâmetros construídos durante a evolução (sua *Weltanschauung*). Assim, conhecimento é sempre subjetivo e sempre explora objetos reais. A antítese subjetivo/objetivo é simplesmente mais um dos numerosos falsos problemas pressionando nossa cultura. [...] O termo “intencionalidade” normalmente define um modo especificamente humano de comportamento. Mas também este processo tem suas raízes em fases anteriores à consciência. Originalmente, signos naturais dirigem o metabolismo: fazem a máquina leitora responder ao objeto a ser lido. Então, a intencionalidade é menos uma questão de dar sentido do que de recebê-lo. Mesmo em fases mais avançadas, em que a intencionalidade se torna consciente e envolve planejamento, os termos do problema cognitivo jamais são inteiramente invertidos. [...] Mesmo em níveis elementares como os dos protozoários, os traços internos dos signos naturais são preservados. A estrutura do organismo muda, e esta mudança é o traço que representa o processo de leitura: é um documento estável da experiência do mundo. Deste modo, o indivíduo se torna “historicizado”, acumulando dados sobre suas experiências pessoais [...] (210, 211, 214, 222-223, 226-227).

A mesma concepção naturalista esclarecida transparece também nas seguintes palavras do grande filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, em *Ciência e Existência*:

O conhecimento, ao surgir, inaugura um novo campo de leis da realidade, que se superpõem às de ordem mecânica, física e química, e destas se vale sem as derrogar, mas incorporando-as para os fins específicos dessa atividade superior. [...] a condição indispensável para realizar o *domínio* da natureza [...] é que o ser vivo *conheça o mundo*, tomada a expressão no sentido latíssimo em que nos permitimos usá-la. A matéria viva, ao apreender o mundo, mesmo nas formas mais incipientes desse processo, interioriza-o, apossa-se dele, ainda que com o caráter de manifestações biológicas extremamente rudimentares. Isto significa que inverte a relação pela qual é definida a matéria inerte, que apenas *é do mundo*, pertence a ele e o segue passivamente nas transformações mecânicas, físicas e químicas que nele têm lugar. A matéria viva, ao contrário, continuando a pertencer ao mundo pela sua realidade fundamental, torna-se capaz, sob certo aspecto – e nisto consiste precisamente o conhecimento – de fazer, o mundo *ser dela*. Em vez de permanecer como um ser que apenas *é do mundo*, transforma-se em um ser capaz de fazer o mundo *ser dele*. Por ínfima que seja a organização da matéria viva, o que sempre a caracteriza é de alguma maneira *dominar* o mundo, inverter, mediante o conhecimento, a relação de pertencimento, tomar o mundo por *objeto* da sua ação, isto é estabelecer a diferenciação ontológica [...] entre a condição de objeto e a de sujeito. [...] A diferenciação entre a condição de objeto e a de sujeito tem, pois, fundamento biológico e se irá manifestar quando os organismos recém-aparecidos começarem a ser capazes de produzir em si o reflexo da realidade, tomando-se habilitados a conhecer o mundo. (23)

Observemos que o sentido em que um ente biológico interioriza seu mundo nada tem a ver com o dogma do representacionismo intracerebralista. Com certeza uma ameba não possui algo equivalente a um cérebro ou gânglio nervoso elementar para representar seu ambiente. É preciso, portanto, interpretar o tipo de teoria proposta aqui por estes dois autores a partir do resultado do Argumento da Ontologia da Percepção (acima). O microorganismo detecta as formas ecológicas que lhe dizem respeito *lá onde as coisas estão, isto é, fora de seu soma, no meio ambiente, mas nem por isso deixa o microorganismo de efetivamente conhecê-las, isto é, internalizá-las*.

O estudo da percepção sensorial deveria ser entendido como introdutório à epistemologia, independentemente da adoção ou não da

perspectiva do naturalismo esclarecido. É esta perspectiva, porém, que oferece o modelo mais compatível com a hipótese de que este é um mundo único e ontologicamente evolutivo, e que os mesmos princípios de interação aparecem em seus diversos níveis evolutivos.

As tendências céticas, relativistas em epistemologia derivam, em última análise, de não se considerar o dipolo sujeito-objeto de um ponto de vista genético, evolucionista. Os teóricos ficaram assim como que hipnoticamente paralizados pelo problema da “representação” interna, subjetiva: como poderia esta “corresponder” ao mundo objetivo? Mas se a representação cognitiva surge da apresentação perceptual, e esta, por sua vez, é vista como um estágio geneticamente, evolutivamente avançado da “representação externa” com que cada ente detecta a forma físico-química, biológica ou psicológica de outro, o problema se desloca para um nível mais fundamental, o da própria condição de possibilidade de qualquer transação natural que ocorre neste mundo, mesmo uma tão “simples” quanto a entre um átomo de oxigênio e dois de hidrogênio para a formação inevitável, regular, nomológica, de uma molécula de água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *De l'âme*. Trad. Richard Bodéüs. Paris: Flammarion, 1993.
- DEWEY, JOHN. *Nature and Experience. The Later Works*, Vol. 1. Carbondale e Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1981.
- DEWEY, JOHN. Perception and Organic Action. *The Middle Works*, Vol. 7. Carbondale e Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1979.
- MEAD, G. H. *The Philosophy of the Act*. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.
- MEAD, G. H. Concerning Animal Perception. RECK, A. J. (org.) *Selected Writings*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- PINTO, A. V. *Ciência e Existência. Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PRODI, GIORGIO. Material Basis of Signification. *Semiotica* 69-3/4 (1988), 191-241.
- ROSENTHAL, SANDRA. *Speculative Pragmatism*. La Salle, Ill.: Open Court, 1990.
- SEARLE, J. R. *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*. Cap. 4 - The Intentionality of Perception. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ZAJONC, R. B. Feeling and Thinking. Preferences Need no Inferences. *American Psychologist* 35, 2 (fev. 1980), 151-175.